

A territorialidade Borum-Kren (Minas Gerais) em escritas históricas (1901-1965)

Virgínia Albuquerque de Castro Buarque

Universidade Federal de Ouro Preto
Ouro Preto - Minas Gerais - Brasil
virginiacastrobuarque@gmail.com

Marcone de Souza Guedes

Universidade Federal de Ouro Preto
Ouro Preto - Minas Gerais - Brasil
marcone.guedes@aluno.ufop.edu.br

Danilo Antônio Campos da Silva

Universidade Federal de Ouro Preto
Ouro Preto - Minas Gerais - Brasil
danilo.acs@aluno.ufop.edu.br

Maycon Gabriel Sant'Ana Gomes

Universidade Federal de Ouro Preto
Ouro Preto - Minas Gerais - Brasil
maycon.gomes@aluno.ufop.edu.br

Resumo: Este artigo interpreta escritas de cunho histórico que mencionam a presença de indígenas Borum nas Vilas Rica e do Carmo/cidades de Ouro Preto e Mariana nos regimes colonial e imperial. Como fontes, foram elencadas publicações de Diogo de Vasconcelos, Nelson de Senna, Zoroasto Artiaga, Rosário Guérios e Oiliam José. O foco dessas publicações estava no elencar de etônimos de povos geralmente tidos como exterminados, em paralelo à sua distribuição territorial pelo Estado de Minas Gerais. Apesar da ausência de maior contextualização, considera-se que elas viabilizem o reconhecimento dos povos indígenas daquela área como agentes históricos de múltiplas configurações e atuações socioculturais em relação ao processo de conquista e ocupação de suas terras.

Palavras-chave: Borum. Diogo de Vasconcelos. Nelson de Senna. Zoroasto Artiaga. Rosário Guérios. Oiliam José. Escrita histórica.

Introdução

A presença de indígenas em territórios dos antigos termos das vilas Rica e do Carmo/cidades de Ouro Preto e Mariana, Estado de Minas Gerais, em um período que

se estende do século XVII (ou seja, em época anterior à conquista) até o final do regime imperial, perdurou em grande parte desconhecida em escritas de cunho histórico do século XX. A grande dizimação dessa população pelos sertanistas que assolaram tais terras em busca de metal precioso, com paralela destruição de registros relativos à existência dos povos originários, foi o fator comumente alegado para essa lacuna na produção acadêmica (Resende, 2011, p. 28).

Não obstante, é justamente essa extensão geográfica que vem sendo reconhecida pela etnia Borum-Kren como tendo sido percorrida por seus antepassados. Em 2019, indígenas do município de Ouro Preto reuniram-se em um Coletivo, chamado *Borum-Kren Vivos e Fortes*, com intuito de enfrentar a invisibilidade que ainda recai sobre os povos originários de Minas Gerais e lutar pela demarcação de um território. Ação importante neste sentido foi a escolha de uma autodesignação:

Líder indígena, Danilo Borum-Kren [...] conta que [...] eram conhecidos como cataguases, guarachues, batatais, guaianazes do [Rio das] Velhas, aymorés e, o mais comum, botocudos: ‘Com esse tanto de nome para explicar nossa denominação, perguntamos aos mais velhos e chegamos em três palavras que nossos povos ancestrais reconheciam: boticudos, borum, que significa gente, e kren, que significa cabeça, então somos um povo que tem a cabeça que cuida’, diz (*Estado de Minas*, 07-02-2023, [s.p.]).

Simultaneamente, houve um esforço, por parte do Coletivo, para delimitação dos territórios ancestrais, mediante o reconhecimento de vínculos parentais que se desdobravam por gerações, distribuídos entre os atuais municípios de Brumadinho, Itabirito, Mariana, Ouro Preto, Barra Longa, Ponte Nova e Piranga.

Este artigo dialoga com a ressurgência Borum-Kren, a partir das seguintes problemáticas: Quais povos indígenas, dentro do grupo Borum, foram identificados por escritas históricas na região central de Minas Gerais? Que territorialidades ocupavam/transitavam? O que foi apontado como justificativa para sua a invisibilização posterior?

Para tanto, procedemos a um levantamento de algumas dessas escritas, formuladas entre 1901 e 1965, que mencionam os indígenas Borum nos termos de Vila Rica/Ouro Preto e Mariana no decorrer dos períodos setecentista e oitocentista. Consultamos como fontes um livro de Diogo de Vasconcelos, *História Antiga de Minas Gerais*, de 1904, e três artigos de Nelson de Senna, “Os índios do Brasil. Memoria ethnographica”, publicado em 1911 nos *Annaes do Primeiro Congresso Brasileiro de Geographia*, “Contribuições para a ethnologia brasileira”, inserido nos *Extratos da Revista de Língua Portuguesa*, edição de 1923, e “Sobre Ethnographia Brasileira.

Principaes povos selvagens que tiveram o seo 'habitat' em territorio das Minas Geraes", parte da Revista do Arquivo Público Mineiro de 1937. Recorremos também a publicações de Zoroastro Artiaga, *Dos índios do Brasil central*, lançado em 1947, de Rosário Farânio Mansur Guérios, *Dicionário das tribos e línguas indígenas da América Meridional*, de 1948, e Oiliam José, *Indígenas de Minas Gerais: aspectos sociais, políticos e etnológicos*, de 1965.

Elencamos tais fontes para nossa reflexão por considerarmos ser válido identificar as principais premissas do discurso histórico acerca do grupo Borum, como um "anverso", até pouco tempo hegemônico, das enunciações dos próprios Borum sobre tal historicidade que lhes foi atribuída. Ademais, a despeito da ausência de conferência de protagonismo e de legitimidade sociocultural e política aos mencionados povos indígenas em Minas Gerais, considera-se que tais fontes viabilizem, ainda que de forma limitada, seu reconhecimento como agentes históricos em relação ao processo de conquista e ocupação das terras em que viviam.

Cabe ainda esclarecer que este texto se apresenta como a segunda publicação de uma trilogia de artigos sobre a presença e a territorialidade Borum-Kren, a serem veiculados em periódicos científicos no biênio 2025-2026: o primeiro dedica-se a delinear tais manifestações Borum-Kren a partir dos depoimentos dos próprios integrantes desta etnia, enquanto o terceiro debruça-se sobre a produção historiográfica formulada entre os anos 1970 e 2020 acerca dos povos Borum em Minas Gerais. Todos esses três artigos publicizam o resultado da pesquisa de iniciação científica¹ desenvolvida pelos autores², voltada para a reconstituição das territorialidades percorridas pelos ascendentes desse povo no centro-leste do atual Estado de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX, bem como de suas musicalidades.

Almejamos que esta pontual recapitulação historiográfica possa contribuir, de alguma maneira, para subsidiar a demanda dos Borum-Kren por reconhecimento e demarcação de suas terras. Afinal, no dizer de Bárbara Nascimento Flores Borum-Kren,

Para um povo indígena, o território não é apenas um espaço geográfico: ele carrega memória, identidade e relações sociais. A reterritorialização indígena não é, portanto, apenas um ato de retomada de terras historicamente

¹ Intitulada "Territorialidades, culturas e sonoridades do povo indígena Borum Kren na região dos Inconfidentes em diálogo com a Cosmopolítica", vinculada à Universidade Federal de Ouro Preto. Órgão de fomento: FAPEMIG.

² A equipe de pesquisa é composta pela coordenadora, Virgínia Albuquerque de Castro Buarque, três graduandos, Maycon Gabriel Sant'Ana Gomes, Andrea Barbara Pinto Nogueira, Danilo Antônio Campos da Silva dispoendo também do suporte da doutora Cibele Aparecida Viana e do doutorando Marcione de Souza Guedes.

ocupadas, mas um processo de reconstrução de relações entre seres humanos, natureza e cultura. [...] a reconexão com a terra pode gerar processos em cadeia que reverberam nas paisagens e modos de vida, e contribuem tanto para a restauração da memória e identidade biocultural como para a recuperação ambiental e conservação da biodiversidade [...] (Borum-Kren, [s. d.], [s.p.]).

Os Borum de Minas Gerais e as escritas históricas no século XX

Por Borum podemos entender o grupo indígena integrante da família linguística Macro-Jê que foi genérica e pejorativamente denominado pelo colonizador como “Botocudo”, como descrito por Bárbara Nascimento Borum-Kren: “[...] minha família e outras mais de 200 famílias sobreviveram na região dos Inconfidentes no Alto Rio Doce e Alto Rio das Velhas/MG; somos os Borum-Kren, remanescentes ‘Botocudos do Uaimií’, uma das nações do tronco Borum – declarados extintos por um decreto no início do século XX” (*apud* IFAB, 2023, p. 18). Em paralelo, foram tecidas aproximações entre os “Botocudo” e os “Aimoré”, bem como eles e os “Gueren”:

[...] no início do século XVI, nos primeiros contatos entre os colonizadores e os nativos das terras que viriam a se tornar o Brasil, estes eram chamados de Aimoré ou Tapuia e, somente no século XVII, começam a serem identificados crescentemente como Gren, Gueren ou Kren e posteriormente, botocudos. Tais denominações predominaram até o fim do século XIX e, principalmente no século XX [...]. Esta versão [...] não é unanimidade no meio acadêmico. Izabel Mattos³ destaca que os botocudos só passaram a ser classificados assim [como descendentes dos Aimorés] no século XIX [...] (Reis, 2019, p. 46).

Em paralelo, compreendemos como escritas de cunho histórico produções que, formuladas a partir de meados do século XVIII, conferem relevância tanto a uma abordagem tida como científica como à circunscrição temporal dos eventos. Em seu texto “A operação historiográfica”, publicado no livro *A escrita da História*, inicialmente lançado na França em 1975 e traduzido para o português em 1982, Michel de Certeau configura a escrita histórica como um procedimento de síntese dos elementos fragmentários de uma pesquisa, instituindo um significado ordenado acerca das experiências socialmente vividas. Trata-se de um significado simultaneamente didático (apresenta ao leitor uma perspectiva sobre o real) e performativo (orienta ações presentes e futuras a partir da perspectiva apresentada). Para tanto, a escrita histórica configura-se como uma prática redacional mista, articulando elementos narrativos (atentando à

³ O autor reporta-se à seguinte produção acadêmica: MISSAGIA DE MATTOS, Izabel. *Borum, Bugre, Kraí. Constituição social da identidade e memória étnica Krenak*. 1996. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

cronologia, à periodização, à sucessão capazes de produzir efeitos de sentido⁴) com os relacionais (que conectam enunciados de forma plausível, também produzindo novos efeitos de sentido) e com os metafóricos (conferidores de sentidos mutáveis às relações tecidas, em deslizamentos de sentido). Especificamente no tocante aos elementos relacionais, Certeau (1982, p. 99-102) indica ainda serem eles tensionados pelos acontecimentos, que assim operam como limite (desvios) de sentido à síntese formulada.

Tais marcos configuradores da escrita histórica encontram-se presentes nas fontes consultadas por esse artigo, sob critérios específicos: em termos narrativos e relacionais, observa-se a tentativa de vinculação dos eventos locais (no caso, da espacialidade mineira e da presença indígena) a uma matriz político-cultural civilizatória. Em contrapartida, não se verifica de maneira geral um procedimento incorporado à escrita acadêmica da histórica, sobretudo após a criação dos cursos universitários: a remissão da autoridade do texto (ou seja, sua credibilidade) às citações e às notas que atestam a procedência das informações obtidas, permitindo sua conferência e até sua contestação⁵ (Certeau, 1982, p. 102-103). Outro fator singularizante das escritas de cunho histórico consultadas para este artigo, elaboradas em sua maior parte na primeira metade do século XX, é a de que nem sempre o vínculo disciplinar nelas se encontra claramente explicitado. Afinal, como esclarece Ângela de Castro Gomes, nesse período, tais escritas adotavam abordagens de amplo espectro, costumeiramente associadas ao campo das “humanidades”:

Os historiadores são um bom exemplo de produtores culturais em um amplo espaço de conhecimento, envolvendo biologia, etnologia, folclore, linguística e geografia, além da história, [...] ‘olham etnograficamente’ festas religiosas e populares, além de serem filósofos e literatos (Gomes, 1996, p. 75-76).

Com base em tal compreensão sobre a configuração textual das escritas históricas no período que abrange as seis primeiras décadas do século XX, identificamos quatro autores cujas publicações mencionam os povos Borum de Minas Gerais – Diogo de Vasconcelos, Nelson de Senna, Zoroastro Artiaga, Rosário Guérios e Oíliam José.⁶

⁴ Certeau (1982, p. 96-99) considera que a demarcação temporal constitui um elemento imprescindível da escrita histórica, mas trata-se de uma temporalidade discursiva, formulada junto à produção do próprio texto. Através dessa temporalidade discursiva, são conectadas alteridades e até contrários, pressupondo uma origem referencial.

⁵ Segundo Certeau (1982), as citações e notas introduzem uma dinâmica tensional na escrita histórica, face à inserção de uma exterioridade de saber na particularidade de cada discurso.

⁶ O elencar desses autores configura, portanto, uma modalidade de escrita de cunho histórico preliminar ou concomitante à primeira geração de pesquisadores formados em graduações de História (curso instaurado em 1934 na USP e que teve sua turma inicial na UFMG em 1958) (Gomes, 1996, p. 75).

Podemos, então, indagar: por que tais escritas voltaram-se para os povos indígenas de Minas Gerais, no período em que foram produzidas? Para respondermos esta questão, recorreremos, mais uma vez, à reflexão de Michel de Certeau, para quem a escrita histórica, em sua função teórico-política, re-presenta os mortos, ou seja, procura deslocar as incidências do passado do âmbito da memória e da vida social para o campo do discurso. Dessa forma, ela “exorciza” esse passado, afastando o temor provocado por sua diferença (sua contradição ou sua refutação aos sentidos hegemônicos no presente). Simultaneamente, ao ser promovida, argumenta Certeau, a escrita histórica instaura um lugar para o presente e para o futuro, muitas vezes alinhado ao jogo de forças institucionais e ideológicas, contrapondo-o ao passado ressignificado pelo texto (Certeau, 1982, p. 93). No caso das fontes selecionadas para este artigo, o propósito teórico-político de sua escrita de cunho histórico é nítido: inserir os povos indígenas mineiros no processo civilizatório eurocêntrico, como anteriormente mencionado.⁷

Ademais, sobretudo os trabalhos de Diogo de Vasconcelos, Nelson de Senna e Oiliam José perduram sendo empregadas até a presente data como referência de muitos trabalhos acadêmicos sobre história indígena em Minas Gerais, em um indicativo da ampla circulação desses textos⁸.

Contudo, à primeira vista, não há muitos elementos em comum entre os autores elencados neste artigo. Diogo de Vasconcelos, Nelson de Senna e Oiliam José eram mineiros, enquanto Zoroastro Artiaga e Mansur Guérios nasceram em Goiás e no Paraná. Enquanto Diogo de Vasconcelos e Nelson de Senna pertenciam a famílias de destaque social (Silva, 2013, p. 35; Souza, 2017, p. 38; 42), Artiaga provinha de origem social mais simples (trabalhou como telegrafista na juventude) (Tavares, 2010). Por sua vez, não foram encontradas informações sobre as condições de vida familiar de Rosário Guérios e de Oiliam José.

Politicamente, eles filiavam-se a ideologias distintas, mas a atuação no campo político geralmente fez parte de suas trajetórias biográficas, com exceção de Rosário Guérios. Diogo de Vasconcelos era monarquista, tendo sido correligionário do Partido

⁷ Segundo o sociólogo Norbert Elias (1990, p. 23), “A sociedade ocidental, dos últimos dois ou três séculos se julga superior a sociedades mais antigas ou a sociedades mais contemporâneas ‘mais primitivas’. Com essa palavra, a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constitui o caráter especial e aquilo de que se orgulha: o nível de ‘sua’ tecnologia, a natureza de ‘suas’ maneiras, o desenvolvimento de ‘sua’ cultura científica ou visão do mundo, e muito mais”.

⁸ Como exemplo de estudos emblemáticos sobre a utilização desses autores em produções da história indígena de Minas Gerais, citamos os trabalhos “Minas dos Cataguases. Entradas e bandeiras nos sertões do Eldorado”, de Maria Leônia Chaves de Resende (2005) e “Indígenas na historiografia mineira: estudo de caso”, de Renata Silva Fernandes (2011).

Conservador Mineiro durante o Império e, a seguir, participou da fundação do Partido Católico em Ouro Preto, pelo qual elegeu-se vereador (1892-1896) (Veiga, 1998 [1897], p. 157). Nelson de Senna ingressou no Partido Republicano Mineiro, tendo exercido mandatos de deputado estadual (1907-1918) e deputado federal (1922-1929); reeleito para o mandato de 1930, mas veio a ser cassado e em 1943, assinou o “Manifesto dos Mineiros”, que defendia o fim do Estado Novo. Em contraposição, Artiaga foi apoiador do governo do Estado de Goiás durante o regime varguista, o que lhe angariou a indicação em 1936 para a diretoria da Imprensa Oficial; em 1937 foi nomeado secretário do Diretório Regional de Geografia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e de membro da Comissão de Limite do Estado. Por sua vez, Oiliam José era servidor público, tendo atuado nas secretarias de Finanças (1957-1959) e de Segurança Pública (1959-1961) no Estado de Minas Gerais, sendo a seguir nomeado oficial de gabinete do vice-governador Celso Machado (1966-1971).

É no âmbito intelectual que as afinidades entre tais autores vão emergir. Todos os cinco graduaram-se em Direito. Diogo de Vasconcelos, foi membro da Academia Mineira de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), além de cofundador do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG) e do Instituto Histórico de Ouro Preto (Silva, 2013). Nelson de Senna, foi jornalista, literato e professor. Foi ainda correspondente do Arquivo Público Mineiro e contribuiu com o IHGB, IHGMG, Arquivo Nacional e outras instituições históricas (CPDOC, [s. d.]). Artiaga foi membro fundador do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG) e seu presidente entre 1958 e 1962. Foi igualmente fundador do Museu Estadual de Goiás (que hoje leva o seu nome), sendo aí presidente de 1946 a 1957. Fundou ainda o Museu das Bandeiras e integrou a Academia Goiana de Letras (Tavares, 2010, p. 28-35). Oiliam José foi membro de diversas associações acadêmicas, como Academia Mineira de Letras (da qual foi secretário-geral em 1969 e homenageado com o título de “secretário-geral perpétuo” em 2001) e o IHGMG. Todos eles, portanto, produziram seus trabalhos em franco diálogo com institutos históricos, academias e associações congêneres, enquanto Rosário Guérios, de geração mais nova, atuou em espaço universitário recém-inaugurado, tornando-se professor da Faculdade Federal do Paraná (UFPR) em 1939 e dedicando-se à Linguística Comparativa entre línguas indígenas (Granier, 2014, 482).

No decorrer da República Oligárquica

Na pesquisa por nós empreendida, privilegiamos, no concernente ao período da República Oligárquica, quatro produções de cunho historiográfico, de autoria de Diogo de Vasconcelos e Nelson de Senna, anteriormente indicadas, que mencionam indígenas Borum presentes nos antigos termos de Vila Rica/Ouro Preto e de Vila do Carmo/Mariana. Diogo de Vasconcelos e Nelson Coelho de Senna produziram escritos históricos relevantes nas décadas subseqüentes ao estabelecimento do regime político republicano no país, de cunho federativo-oligárquico, quando “os estudos monográficos regionais e temáticos estavam potencialmente mais adaptados ao novo padrão de cientificidade que emergia, bem como com as novas demandas políticas” (Araújo; Medeiros, 2007, p. 29). Essa atenção às configurações regionais e até locais apresentou-se, inclusive, como uma concepção convergente nas escritas histórias de Diogo de Vasconcelos e Nelson de Senna – dois autores política e ideologicamente bem distintos já que o primeiro era monarquista e o segundo republicano filiado ao Partido Republicano Mineiro (Sevilha, 2022, p. 14).

Essas escritas mantinham interface, por sua vez, ao interesse já apresentado pelos estudos de cunho historiográfico desde a década de 1870 pelos “selvagens indígenas”, inclusive por aqueles que não se atinham ao litoral: nesse período,

a questão indígena e os sertões emergem, pois, como ‘objetos enigmáticos’ indispensáveis para pensar a nação [...]. O ‘povo’ foi, a um só tempo, selecionado como objeto e instância legitimadora da enunciação historiográfica, em cuja unidade deveria ser buscada a formação histórica da nação. [...] é inevitável o paralelo com a prática historiográfica que foi se firmando a partir da chamada ‘Geração de 1870’, da qual fizeram Silvio Romero e Joaquim Nabuco: a de lançar mão do saber etnográfico para uma reelaboração da história nacional (Sevilha, 2022, p. 6; 8).

Uma produção historiográfica expressiva no concernente à inserção dos povos indígenas nessa história nacional foi o livro *Capítulos de história colonial*, de Capistrano de Abreu, publicado em 1907. Nesta obra, pela primeira vez, o indígena aparece como o agente inicial de uma “história do Brasil”, ao invés do protagonismo lusitano das grandes navegações, ainda que essa presença originária opere como elo de passagem entre o meio natural, descrito em suas variantes e por ela humanizado, e a posterior inserção do território e seus habitantes na constituição de uma identidade colonial (Barros, 2010, p. 476-477). Ademais, é

[...] importante rememorar que Capistrano já havia se dedicado ao tratamento aprofundado e minucioso da questão indígena na história do Brasil. Além de traduzir obras de referência da etnologia e da etnografia do final do século XIX e início do século XX, tais como *Através do Brasil Central*, de Karl von den Steinen (1888), e *A etnografia da América do Sul no início do século XX* (1906), de Paul Ehrenreich, pesquisou e publicou importantes estudos autorais sobre o tema, como *Os Bacaris* (1896) e *Rã-txa-hu-ní-ku-í: a língua dos Caxinauás do rio Ibuçu, afluente do Muru* (1914-1941) (Santos, 2024, p. 16).

A atenção conferida aos povos indígenas pelos escritos históricos da República Oligárquica coadunava-se, em paralelo, com uma forte discussão racial acerca da constituição da sociedade brasileira. No período, firmou-se a concepção de evolução, de cunho darwinista, segundo a qual teria existido um ancestral comum a toda humanidade, o qual, porém, desdobrou-se em diferentes raças, que poderiam ser hierarquizadas por suas capacidades. De forma correspondente, civilização, progresso e modernidade, apanágios da racionalidade humana, que haviam sido conquistados de forma emblemática pela Europa, tornaram-se vetores universais para as distintas culturas nacionais e regionais, em seus sucessivos estágios de desenvolvimento (Sevilha, 2022, p. 4-5). Neste contexto intelectual, “os povos encontrados pelos europeus na América, a despeito de suas memórias e identidades diversas, foram reduzidos a uma única identidade: índios [...] [a qual] era ‘racial, colonial e negativa’⁹” (Sevilha, 2022, p. 5)

De forma concomitante, o estado de Minas Gerais procedeu a uma específica política de integração indigenista no decorrer da República Oligárquica, a fim de assegurar a ocupação da Bacia do Rio Doce, percurso de escoamento para o mercado internacional da produção de madeiras, agrária e mineral pelo porto de Vitória, no Espírito Santo. Nesse processo, “o convívio pacífico com os indígenas era visto como uma ação humanitária por parte dos povos civilizados, o que se desdobrava em um persistente trabalho de catequese [...]” (Oliveira, 2023, p. 13).

Diogo de Vasconcelos publicou, em 1901, *História Antiga de Minas Gerais*, livro reeditado em 1904 com ampliação e correção a partir de novos documentos. Esta produção tem sido considerada uma escrita historiográfica, pois adota “uma interpretação da história mineira baseada em uma visão de conjunto, situando-a numa temporalidade de longa duração” (Romeiro, 2014, p. 15). Segundo Diogo de Vasconcelos (1904, p. 65), “a presença, porém, dos indígenas [na região abarcada por nossa pesquisa] encerra um problema insondável, e tem mistérios que a própria imaginação desiste de

⁹ O texto entre aspas simples foi extraído pela autora do capítulo QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 116.

prescrutar [sic]”. O entendimento deste político e letrado sobre os indígenas era parcialmente similar à que descrevemos na Introdução deste artigo como vigente por longo período na historiografia – constituiriam povos a serem civilizados, mas que foram desaparecendo em função das guerras de conquista e da miscigenação: “[...] é mister não esquecer a fusão dos indígenas no sangue dos colonos. [...] O desaparecimento dos índios é, pois, um fenômeno que teve muitas causas, mas a principal foi, com certeza, a lei das raças desiguais, pela qual a superior absorve necessariamente as inferiores” (Vasconcelos, 1904, p. 83-84). Também segundo Walderez Ramalho, em sua dissertação de mestrado sobre a historiografia da mineiridade,

os índios e negros não são considerados atores significativos na formação do povo mineiro, uma vez que Vasconcellos representa-os como ‘raças inferiores’. Tratava-se, segundo o autor, de elementos ‘bárbaros’, ‘selvagens’, ‘caóticos’, ‘anárquicos’, ‘pagãos’ e muitas outras alcunhas que demonstrariam a sua inferioridade perante os brancos. Foram estes que implantaram as bases da ‘civilização mineira’, e por isso são privilegiados na narrativa do autor (Ramalho, 2015, p. 47).

Ainda sob tal compreensão, vale mencionar que Vasconcelos atribuiu os males políticos e sociais de Minas Colonial justamente à mestiçagem, evidenciada sobretudo entre a população empobrecida, cabendo então aos potentados locais, de acordo com este autor, assegurar a ordem civil e política (Andrade, 2014, p. 61). Mas não só a tais mandatários, mas principalmente à Igreja, a quem Vasconcelos atribuía uma ação catequética e civilizatória, o que paradoxalmente permitiu a este autor não se ater por completo a estereótipos de sub-humanidade muitas vezes associados aos povos indígenas nesse período.

[...] o sucesso do trabalho de evangelização dos inacianos tinha de resultar, pelo menos do ponto de vista doutrinário, da constatação de que os indígenas, sendo humanos, eram também alvos da graça, podendo, por isso, alcançar os ensinamentos cristãos. [Com isso, Diogo não se alinhava a] certas apropriações do conceito de raça, [...] [que] implicavam uma concepção determinista segundo a qual um insolúvel nível de estupidez tornava alguns grupos humanos inviáveis, bestializados e incapacitados para qualquer tipo de desenvolvimento civilizatório (Silveira, 2014, p. 140).

Já Nelson de Senna publicou em 1908 o trabalho *Os índios do Brasil*, reeditado com o título “Os índios do Brasil. Memoria ethnographica” nos *Annaes do Primeiro Congresso Brasileiro de Geographia*, de 1911. Ainda em relação aos povos indígenas, ele apresentou, em 1923, o texto “Contribuições para a ethnologia brasileira”, que integrou o livro *A terra mineira*, seguido pela edição, em 1928, de *Toponymia geográfica de origem brasílico-indígena em Minas Gerais*. Do escrito de 1928, consta a seguinte passagem,

reiterando o desaparecimento dos indígenas da região aurífera conquistada no final do século XVII:

Quando se fizeram, desde o século XVI, as primeiras entradas, vindas da Bahia para os sertões do território – que de futuro tinha de constituir Minas Gerais – já ele era ocupado por milhares de selvagens e centenas de hordas bárbaras, em todas as suas florestas virgens e grandes vales fluviais. Depois vieram as bandeiras dos sertanistas paulistanos, e dos fins do século XVII em diante sofreu o numeroso gentio do país das Minas guerra porfiada e constante, até que foi na maior parte aqui exterminado, emigrando outra grande porção dele para Goiás e Mato Grosso (no Brasil Central), enquanto um reduzidíssimo número de tribos permaneceu nos vales mais cobertos de matas virgens e em recantos mais afastados do nosso território, fora de maior contacto com a população civilizada existente nas Minas (Senna, 1923, p. 3).

Em paralelo, contrapondo-se a Vasconcelos, Nelson de Senna via com bons olhos o processo de mestiçagem na constituição da sociedade brasileira, considerando que como “índios e negros ocupavam um grau de inferioridade racial, [...] a mistura com o branco teria sido essencial. [...] o encontro entre esses povos era visto como um ganho, como o responsável pela singularidade e a força de nossa nacionalidade – ainda em formação” (Sevilha, 2019, p. 69). Teria sido a presença lusitana, inclusive, que “livrara as tribos primitivas de morrer em rituais canibais, comuns quanto da conquista do inimigo”¹⁰ (Sevilha, 2022, p. 7). Nem por isso, Senna deixa de reconhecer o genocídio indígena: “dentro em pouco eram cadáveres! Pilhas de esqueletos, sinais de incêndio, sangue e latrocínios abomináveis por toda parte” (*apud* Sevilha, 2022, p. 7)¹¹. Ainda assim, ao ocorrer a mestiçagem, houve possibilidade de formação da sociedade brasileira:

Cada um desses elementos étnicos (provenientes da mescla entre indígena, europeu e africano), com os quais veio lentamente se fazendo a formação demográfica do Brasil, no correr dos quatro séculos e pouco da nossa existência histórica, representa um expoente da nossa força de adaptação ao solo, cada qual deles resistindo galhardamente às hostilidades do meio físico, desbravando-as e levando-as de vencida (Senna, [1916], p. 286 *apud* Sevilha, 2019, p. 69)¹².

Efetivamente, nesse processo de mestiçagem, os indígenas teriam incidido grandemente na constituição do ethos do brasileiro, no qual “teria se fixado o ‘ardente’ temperamento do aborígene ‘indolente e bravio’¹³, incapaz de suportar o peso de uma

¹⁰ A autora reporta-se a um escrito de Nelson de Senna sob a guarda do Arquivo Público de Belo Horizonte (NCS 5 (38), 1897, p. 296).

¹¹ Idem.

¹² A autora refere-se ao texto “Pátria e raça”, de Nelson de Senna, publicado em GUSTIN, Fátua Maria de Souza; LANNA JÚNIOR, Mário Cleber Martins (org.). *Memória política de Minas Gerais – Nelson Coelho de Senna*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2006.

¹³ O trecho entre aspas simples foi retirado pela autora de um escrito de Nelson de Senna, sob a guarda do Arquivo Público de Belo Horizonte (NCS 3.4, s/d).

civilização, ingênuo, ocioso e rebelde, estranho ao domínio” (Sevilha, 2022, p. 6). Mas também na

[...] língua e na cultura, material e imaterial, sua presença é extremamente marcante. A partir de seus estudos linguísticos, Senna identifica na fauna e na flora brasileiras centenas de nomes de plantas, árvores, madeiras, frutas. A técnica indígena de fabrico de utensílio, artefatos, enfeites, está no nosso artesanato, da mesma forma que o cultivo da terra. E, ainda, ‘pela inteligência do gentio’¹⁴, nos foram legados mitos, superstições e tradições que enriqueceram sobremaneira nosso vocabulário e folclore (Sevilha, 2022, p. 6).

Mas, afinal, quem seriam esses indígenas encontrados pelo colonizador nas terras centrais mineiras no final do século XVII? Diogo de Vasconcelos (1904, p. 72) os designou como Cataguá, descrevendo-os como “a que mais terror incutiu aos velhos paulistas; e por isso a mais famosa, que se tornou, da nossa história”. Ele igualmente conferiu atenção à suposta origem geográfica e etimológica dos Cataguá:

A respeito deles conta-se que os Teremembé [também conhecidos como Tremembé]¹⁵, deslocando-se do [rio] Jaguaribe, dividiram-se em duas hordas: uma que subiu o [rio] São Francisco até as nascentes, outra que desceu o [rio] Parnaíba até a foz; encontrando-se ambas já desirmanadas no vale do Rio Grande ou Paraná (mar-parente). Travada aí a luta pela posse do rio, decidiu-se na barra do Sapucaí (rio que grita). Os vencidos, transpondo então a Mantiqueira, foram-se instalar na chã do Paraíba, cerca de Taubaté, e os vencedores ficaram com a terra conquistada; de onde se estenderam até o Rio das Mortes, com o nome enfático de ‘Ca-tu-auá’ (gente boa). Na guerra, os índios chamavam-se a si ‘catu-auá’ e aos inimigos ‘puxi-auá’ (gente ruim). Daí, os Cataguá (Vasconcelos, 1904, p. 72).

Mas logo teria início a guerra de conquista da região central de Minas pelos metais preciosos, com as consequências a seguir descritas para os Cataguá por Diogo de Vasconcelos (1904, p. 72):

Quando Felix Jacques¹⁶, fundando Taubaté, uniu-se aos Teremembé, e com estes transpôs a Mantiqueira em guerra aos ‘Catu-auá’, foram estes repelidos para os sertões do Piauí o do Tamanduá, dando tempo a Lourenço Castanho [Taques, o moço]¹⁷, que de propósito entrou contra eles, desbaratou-os no lugar por isso chamado Conquista, e deixou então livre e desembaraçada a entrada do Rio Grande e dos Campos Gerais (1675).

¹⁴ Idem.

¹⁵ “O povo indígena Tremembé ocupava, nos tempos coloniais, desde a foz do rio Gurupi, no Maranhão, até a Serra de Ibiapaba, no Ceará, até a foz do rio Aracatimirim” (Cabral; Fonteneles Filho (Org.), 2014, p. 13).

¹⁶ “A vila de S. Francisco das Chagas de Taubaté foi ereta em 1645 por Jaques Félix, natural de São Paulo [...]” (Taques, 2004, p. 132). A ordem dos nomes deste bandeirante figura invertida no texto de Diogo de Vasconcelos.

¹⁷ “[...] expedições saídas de São Paulo pela serra da Mantiqueira tenham levado dois sertanistas de nome Lourenço Castanho Taques (o velho em 1669, e o moço em 1676) a atacar grupos Cataguá no vale do rio Grande” (Mano, 2020, 750). Lourenço Castanho Taques “velho” nasceu em São Paulo e fundou a sede urbana do atual município de São Lourenço, em Minas Gerais. Lourenço Castanho Taques “moço” foi o filho primogênito de Lourenço Castanho Taques.

O sentido do processo histórico que então se inaugurava no território mineiro foi então delineado com clareza na escrita de Vasconcelos: a apoteose, do lado dos paulistas vencedores – “A glória de Castanho foi sem a menor dúvida o aniquilamento dos Cataguá, princípio que determinou a definitiva conquista do território central das Minas Gerais” (Vasconcelos, 1904, p. 60) –; o desaparecimento, no caso do povo indígena: “Os Cataguá [...] debandaram-se em outras tribos, já degeneradas, em consequência da guerra” (Vasconcelos, 1904, p. 73).

Em paralelo, sob critérios geográficos, a delimitação do território ocupado pelos Cataguá antes e no decorrer do processo da conquista colonial mostrou-se mais impreciso nos relatos de Diogo de Vasconcelos. Contudo, é possível perceber que, segundo Vasconcelos, ele situava-se mais ao sul da região hoje considerada central de Minas Gerais,

[...] como a parte mais conhecida, foi a limítrofe de S. Paulo e pertencia à nação dos Cataguá, o nome deles generalizou-se para todo o sertão ao norte da Mantiqueira, e sem limites apontados sobre o interior do continente. Quando, porém, removidos os Cataguá, penetraram as expedições, reconheceu-se o país dividido em três zonas distintas, segundo a cobertura vegetal. A primeira corria da Mantiqueira à serra da Borda do Campo, conhecido país dos Cataguá, bacia do Rio Grande, coberta de campos e matos alternados; a segunda era a região dos campos, e corria das serras da Borda à Itatiaia, [...] a que chamavam das Congonhas [...] a terceira zona finalmente era a do sertão do Caeté [...] país das serranias impenetráveis, dos rios enormes, das riquezas minerais, das feras e dos monstros [...]. Ouro Preto foi o arraial do Caeté mais próximo dos campos, como nos diz o itinerário de Antonil. A região das Congonhas começava no virar da serra em que o arraial de Ouro Preto foi colocado (Vasconcelos, 1904, p. 85).

Não obstante, explicita ainda Diogo de Vasconcelos (1904, p. 85),

[...] o nome de Cataguá, dado a princípio ao sertão serviu até 1710 para designar também as minas dos Cataguazes, inclusive o distrito das Minas Geraes. Antonil, no capítulo ‘Primeiro Descobridor’, diz: ‘Há poucos anos que se começaram a descobrir as Minas Geraes dos Cataguazes’ e no da ‘Abundância de Ouro’, diz: ‘Das Minas Geraes dos Cataguazes as melhores e de mais rendimento foram até agora, as do ribeiro de Ouro Preto; as do ribeiro de N. S. do Carmo; e as do ribeiro de Bento Rodrigues. Também o Rio das Velhas é abundante’.

Assim, apoiando-se em provisões dos governadores da Capitania do Rio de Janeiro, que então detinham jurisdição sob o território das minas descobertas, emitidas ao final do século XVII, Diogo de Vasconcelos (1904, p. 117) afirma que as “[...] minas dos Cataguazes se chamavam as da região adentro de Itaveraba, únicas então conhecidas. [...] a serra do Ouro Preto o foi [descoberta] em junho de [16]98. Minas dos Cataguazes, portanto, eram as de Miguel Garcia e do Ribeirão do Carmo, por aquele tempo”.

Leitor de Diogo de Vasconcelos, não é então casual que Nelson de Senna (1911, p. 61) referiu-se ao “gentio Cataguá” como ocupante do território do atual Estado de Minas Gerais. Sua descrição dos Cataguá sintetiza as informações anteriormente apresentadas por Diogo de Vasconcelos:

CATAGUÁS - Temíveis índios da região do centro, oeste e sul de Minas (*Catú-auá*, gente boa). Nos séculos 17º. e parte do 18º. muito deram que fazer aos bandeirantes paulistas. Esses índios Cataguá, descendentes de uma das hordas Tremembés, que do Jaguaribe (Ceará) vieram ter ao sul do país, nos vales do Alto São Francisco e Rio Paranaíba (entre Goiás, Minas e São Paulo), foram os dominadores temidos da região das Minas Gerais, aquém do planalto da Mantiqueira. Os paulistas das bandeiras e os índios de além da Mantiqueira, em S. Paulo (vale do Paraíba do Sul), eram para os ferozes Cataguá a gente ruim inimiga (*Puxi-auá*); porém os sertanistas queriam romper o país encantado do ouro, e, com o auxílio da nação Tremembé, foram repelindo, no sec. 17º., os selvagens Cataguá do Sul (Sapucaí e Rio Grande) para oeste de Minas, (Rio das Mortes, Piauí, Tamanduá, Abaeté) (Senna, 1911, p. 104).

Uma primeira novidade trazida por Senna encontra-se na menção a duas espacialidades mineiras como registro histórico da presença dos indígenas Cataguá:

Uma bela cidade da mata mineira, Cataguazes, e um lugarejo do município de Prados, perto de Lagoa Dourada (Catauá), guardam a memória dos belicosos índios Cataguá, dominadores do território de Minas, na época das primeiras invasões paulistas (século 17º). A capitania mineira chegou a ser chamada ‘Minas Geraes dos Cataguás’ (Senna, 1911, p. 104-105).

Já em artigo posterior, datado de 1928, com o título “Sobre Ethnographia Brasileira. Principaes povos selvagens que tiveram o seo ‘habitat’ em territorio das Minas Geraes”, publicado na revista *Cultura e Trabalho*, editada no Rio de Janeiro, Nelson de Senna (1938 [1928], p. 345) equiparou os Cataguá aos Katauá:

Katauás - São os mesmos Cataguás, gentio bravo que a princípio dominou todo o vale sul-mineiro do Sapucaí-Guaçu, donde foram sendo escorraçados pelos paulistas para os sertões do extremo Oeste Mineiro, até serem exterminados nas margens do Rio Grande pela bandeira de Lourenço Castanho, em 1675. (Catauá, Cataguá, Katauá - vem a ser o mesmo que Catú-auá, ‘a gente bôa’).

Além desse acréscimo, Nelson de Senna também incluiu, no mesmo artigo, a presença de três outros povos indígenas como habitantes da região central desse Estado, entre os quais os Guarachué:

Índios da região entre Ouro Preto, Marianna, e Piranga, ocupavam os vales de alguns afluentes dos rios Carmo e Guarapiranga, tendo ligado os seus nomes aos rios Gualacho do Sul e Gualacho do Norte. No extremo Sul do Brasil, também encontraram os paulistas outros índios Guarachos, no Rio Grande e bacia do Uruguay. Os que andam como o guará (espécie de garça): eis o que significa Guará-chué (o ‘guará vagaroso’) (Senna, 1938 [1928], p. 344).

Diogo de Vasconcelos não menciona os indígenas Guarachué como ocupantes da região central de Minas Gerais, mas não deixa de comentar a presença do termo nessa área:

Na crise de 1702, instalaram-se à margem do Rio de Miguel Garcia, no sítio chamado Gualaxo, a uma légua da Capela do Miguel Rodrigues. O nome Gualaxo foi corrupção de Yguarachué, que quer dizer ‘poço do carumbé quebrado’ (*Iguá* – poço, *chúe* – carumbé, *rá* – quebrado). Carumbé era uma espécie de tartaruga, que os índios comiam quebrando-lhe a casca e as colhiam e depositavam num poço cercado (Vasconcelos, 1904, p. 184).

Senna menciona igualmente a presença dos Arêde nas cercanias dos termos de Mariana e Ouro Preto nas primeiras décadas do século XVIII: “Aredés (Viviam na Cadeia do Espinhaço e o seu nome foi alterado em ‘Arêdes’, que ainda é um lugar em Minas, no vale do Paraopeba, território do atual município de Itabirito). Em tupi Airy-dés” (Senna, 1938 [1928], p. 339).

Neste mesmo artigo, Nelson de Senna também se refere aos Bucan: “Índios da região fria do Espinhaço, entre o Funil e o Itacolomy; e seu nome foi conservado no lugarejo Bucan, hoje Bucão, perto de Mariana. Só comiam carnes de caça conservadas em fumeiro e não eram antropófagos” (Senna, 1938 [1928], p. 340).

Entre o regime varguista e o início da ditadura militar

Em nosso levantamento de escritas de cunho histórico formuladas entre 1930 e 1965 que mencionavam povos Borum habitantes nos territórios de Vila Rica/Ouro Preto e Nossa Senhora do Carmo/Mariana nos séculos XVIII-XIX, encontramos três publicações: *Dos índios do Brasil central*, de Zoroastro Artiaga (1947); *Dicionário das tribos e línguas indígenas da América Meridional* (1948), de Rosário Farânio Mansur Guérios; *Indígenas de Minas Gerais: aspectos sociais, políticos e etnológicos* (1965), de Oiliam José. O primeiro autor foi diretor do Museu Estadual de Goiás; o segundo, professor universitário, especializou-se em Linguística indígena; o terceiro atuou como assessor do governo de Minas Gerais. De perfis profissionais e intelectuais distintos, eles claramente recorreram às pesquisas de Nelson de Senna para formular seus trabalhos, embora Artiaga não proceda a tal indicação, ao contrário de Mansur Guérios e Oiliam José, que remeteram vários de seus dados àquela bibliografia. Dessa maneira, Artiaga, Guérios e Oiliam José basicamente replicam as narrativas de escritos históricos da República Oligárquica em relação aos Cataguá, Guarachué, Arêde e Bucan.

Talvez um possível fator para ausência de inovação nas escritas históricas sobre os povos Borum nas áreas de Ouro Preto e Mariana se encontre na prioridade à abordagem nacional conferida à questão indígena durante os governos Vargas, por contraposição às leituras mais regionais empreendidas nas primeiras décadas do regime republicano. Efetivamente, sobretudo a partir do Estado Novo, a política federal alçou a figura indígena a representante simbólico da nação brasileira, retomando uma apropriação já promovida durante o Império, mas revestindo-a de novos contornos.

Havia um triplo intento nessa estratégia varguista, sendo um deles desenvolver economicamente o interior do país, mediante a extração de recursos naturais e de práticas agrárias que contassem com mão de obra indígena (a qual, portanto, deveria ser fixada em lotes, ao invés de circular por territórios de maior extensão). Os outros objetivos eram integrar os povos indígenas à população nacional, favorecendo um paulatino desaparecimento de seus modos de vida, tidos como ultrapassados diante da modernidade; afirmar, pela mediação da presença indígena, a singularidade da identidade e da cultura brasileiras, constituídas pela via da miscigenação – mas sem menção alguma às violências sexuais cometidas (Garfield, 2000).

Nessa conjuntura político-ideológica, até as produções canônicas de uma reescrita da história do Brasil, como as promovidas por Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre, procederam a uma inserção pontual e por vezes de cunho genérico dos povos indígenas. Assim, por exemplo, em *Monções* (1945), Sérgio Buarque de Holanda ressalta a maestria dos indígenas na abertura de picadas que foram utilizadas como vias de penetração pelos sertanistas paulistas, elemento crucial à colonização do atual Estado de Minas Gerais ao final do século XVII.

Não obstante, mesmo Sérgio Buarque não escapou da incorporação de alguns estereótipos relativos aos povos originários, vigentes naquele contexto intelectual, principalmente em seu suposto desprezo pelo trabalho (Santos, 2024, p. 17). O enfoque de Sérgio Buarque acerca dos indígenas recaiu principalmente em “desvendar seu papel como intermediário entre dois mundos, debruçando-se sobre a constituição de uma cultura material específica, na qual traços indígenas e europeus se articularam e tornaram possível a adaptação dos adventícios portugueses ao novo meio” (Souza, 2014, p. 20).

Houve apenas duas inclusões – bastante sucintas – sobre os Borum em Ouro Preto e Mariana nas escritas de cunho histórico por nós pesquisadas. Uma delas referiu-se aos Batatá, povo citado por Danilo Borum-Kren em entrevista transcrita na

Introdução deste artigo. Guérios (1948, p. 72) os descreve como integrantes “da fam.[í]lia botocudo”, geograficamente situados nas “cabeceiras do rio São Mateus”, próximas aos atuais municípios mineiros de Ouro Verde e Itambacuri, ou seja, distante do território da ancestralidade Borum-Kren. Contudo, o município de Ouro Preto abarca, na atualidade, a chamada “Serra dos Batatais”, localizada “na Floresta Estadual do Uamií¹⁸, na Serra do Espinhaço, onde foram identificadas pelos Borum-Kren possíveis pinturas rupestres” (Neves, 2022, p. 90). Cabe supor que a serra receba este nome devido à secular presença indígena no imaginário local.

Por sua vez, Oiliam José (1965, p. 31) agrega a menção aos Mariquitá: “Andavam pelas alturas da Serra da Mantiqueira, sem pouso certo. Em suas incursões, iam até o Oeste mineiro. No século XIX, acabaram desaparecendo depois de muito perseguidos, na centúria anterior, pelos Cataguás”. Todavia, praticamente não há referências aos Mariquitá em escritas históricas sobre os indígenas, e as poucas existentes, posteriormente elaboradas ao trabalho de Oiliam José, os aproximam dos Guaianá:

Knivet¹⁹, ao descrever a costa entre Pernambuco e Bahia, localiza os Mariquitás, ‘que são alcunhados tapuias por todos os outros índios. [...] Tal nome é tido em grande desabono, exceto entre os próprios tapuias, ou entre uma outra casta de selvagens, os *waanasses* [guaianases], de costumes idênticos aos mariquitás’. Isto leva a identificar também esses waanasses como não tupis (Prezia, 1998, p. 157).

Outrossim, um pequeno comentário promovido por Mansur Guérios sobre os Cataguá problematiza a relação dos Cataguá com os demais grupos indígenas que habitavam ou percorriam a mesma área ou suas proximidades, pois ao mencioná-los, ele os identificou aos Coroados (Guérios, 1948, p. 127). Não obstante, a etnia Coroados, presente na Zona da Mata Central de Minas Gerais até o início do século XIX, principalmente no entorno do Rio Pomba, é distinta dos grupos ameríndios que hoje se encontram em processo de ressurgência sobre a denominação Borum-Kren, embora ambos integrem o grande conjunto linguístico-cultural Borum. Os indígenas Puri, Coroados, Croato e Coropó deslocaram-se ao longo dos setecentos para além das fronteiras das áreas de mineração, em locais de mata fechada e difícil acesso, embora ocorressem confrontos pontuais em povoados rurais nos termos das vilas e cidades da região central de Minas nos séculos XVIII e XIX. Todos esses grupos Macro-Jê,

¹⁸ A Floresta Estadual do Uamií situa-se no distrito de São Bartolomeu, em Ouro Preto.

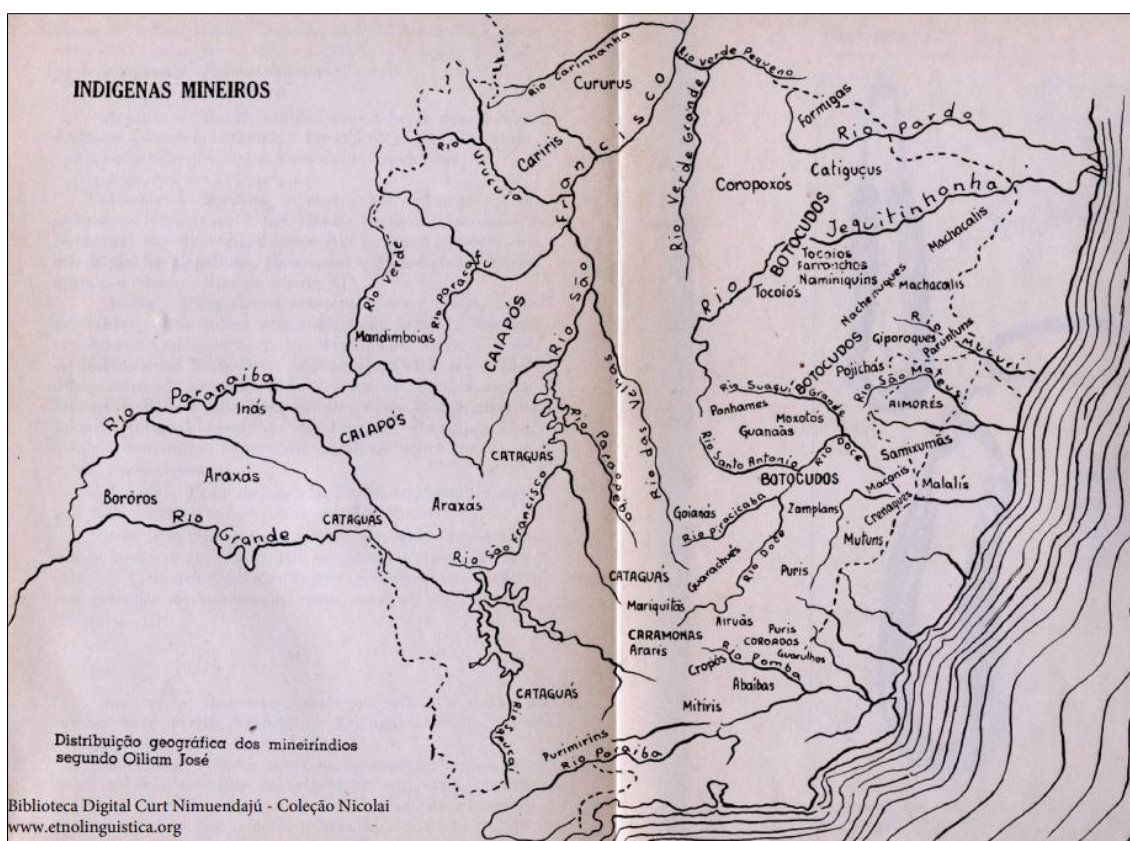
¹⁹ O autor reporta-se a um texto inicialmente publicado em 1625, reeditado no Brasil apenas em meados do século XX: KNIVET, Anthony. *Vária fortuna e estranhos fados de Anthony Knivet*. São Paulo: Brasiliense, 1947. O texto narra as experiências colonizadoras na França Antártica.

pressionados pela violência da conquista e ocupação coloniais, procediam à acirrada disputa entre si pelos espaços restantes, vitais à sua sobrevivência e proteção (Aguilar, 2010, p. 202).

Cartografando os ascendentes dos Borum-Kren

O recurso à cartografia por escritos históricos sobre povos indígenas presentes nos territórios das cidades oitocentistas de Mariana e Ouro Preto, formulados entre 1901 e 1965, foi muito pontual. Ele se faz presente no livro de Oíliam José, cuja imagem é a seguir reproduzida:

Figura 1 - Mapa integrante do livro *Indígenas de Minas Gerais: aspectos sociais, políticos e etnológicos*



Fonte: Oiliam José (1965, p. 14A)²⁰

²⁰ Imagem disponível em: https://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3AJose-1965-indigenas/JoseOiliam_1965-IndigenasMG.pdf. Acesso em: 4 jun. 2025.

É possível perceber, no mapa de Oiliam José, a indicação de presença dos Cataguá, Mariquitá e Guarachué na área correspondente às Vilas Rica e do Carmo/cidades de Ouro Preto e Mariana, entre os séculos XVIII e XIX.

Para concluir este artigo, buscamos transpor as informações veiculadas pelos cinco autores empregados por nós como fontes para a linguagem cartográfica, em cotejamento com os dois mapas anteriormente reproduzidos. Compreendemos a cartografia como uma linguagem eminentemente polissêmica, que articula combinações de signos (uma sintática), de interpretações (uma semântica) e dos efeitos desses signos e interpretações nos sujeitos-leitores dos mapas (uma pragmática) (Monteiro, 2018, p. 89). Os mapas “contam histórias de relações que são importantes para os indivíduos e para os grupos que as contam; são artefatos que incorporam, reafirmam e divulgam a personalização de lugares” (Nakahodo, 2014, p. 51). Nossa proposta foi visibilizar o vazio histórico-etnográfico referente aos povos indígenas nas interpretações historiográficas produzidas entre 1901-1965, sobretudo após a criação da Capitania de Minas em 1720.

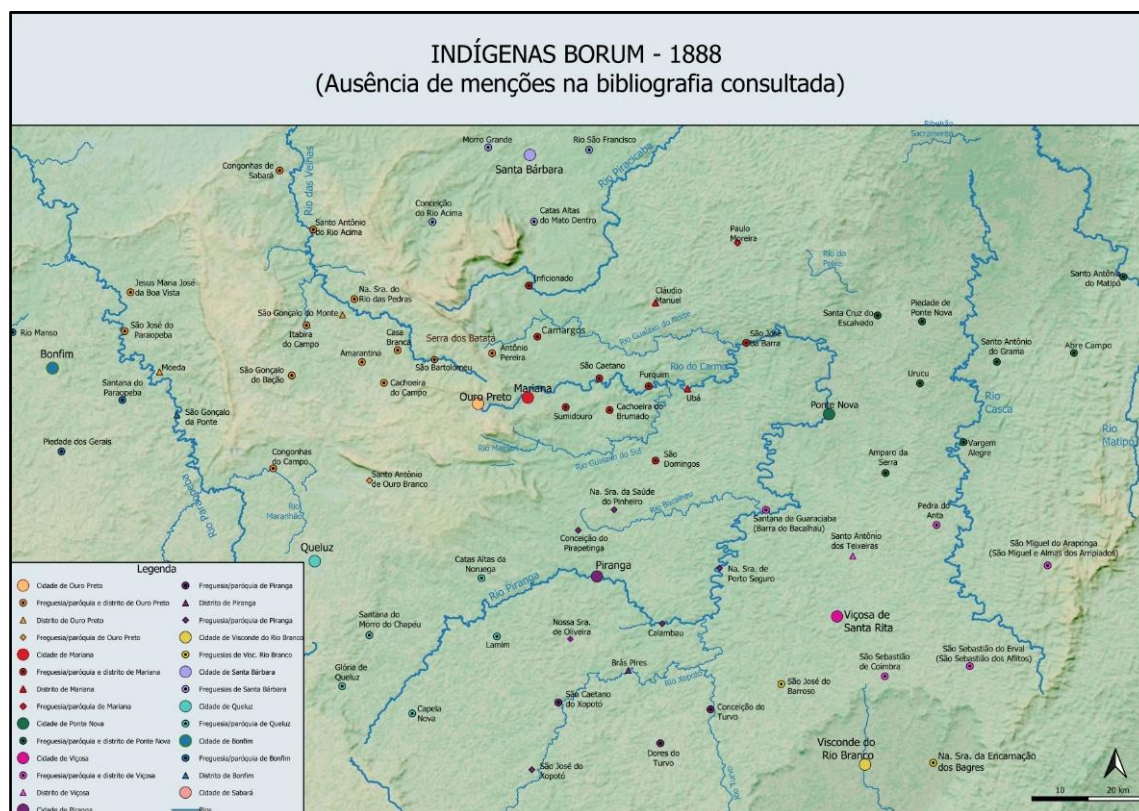
Consideramos importante indicar igualmente a localização de povoados e sedes de freguesias/paróquias nos termos de Vila Rica/Ouro Preto e Vila do Carmo/Mariana, por considerarmos que a presença indígena se viu obrigada a manter relações tensionais e conflitivas com esses marcos da colonização. Para tanto, recorreremos principalmente ao *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais* (Barbosa, 1971).

Figura 4 - Indígenas Borum nos termos de Ouro Preto e Mariana até 1831



Fonte: Elaborado por [Autor].

Figura 5 - Indígenas Borum – 1988 (Ausência de menções na bibliografia consultada).



Fonte: Elaborado por [Autor].

Considerações finais

Ao final de nossa reflexão, concluímos que os escritos de cunho histórico publicados entre 1901-1965, por nós pesquisados, abordaram de forma pontual e sintética os povos Borum habitantes no território de Vila Rica/Ouro Preto e Vila de Nossa Senhora do Ribeirão do Carmo/Mariana desde a conquista dessas espacialidades, na passagem do século XVII para o XVIII.

Para tanto, essas escritas adotaram implicitamente certos procedimentos de crítica bibliográfica, inclusive de autores fundadores da historiografia brasileira, como von Martius e Vanhagen. A maior preocupação das escritas dos cinco autores por nós investigados mostrou-se a de elencar, a partir dessa bibliografia, uma tipologia étnica dos povos indígenas, produzindo uma listagem de etnônimos acompanhadas por descrições referentes à sua denominação e às relações históricas a que foram submetidos no processo colonizador. Além disso, os autores atentaram para a localização geográfica

dos povos indígenas, em alinhamento a orientações providas sobretudo da antropologia norte-americana.²¹

Não obstante, os etnônimos atribuídos aos povos indígenas da região centro-leste de Minas Gerais pelas escritas de cunho histórico entre 1901-1965 foram questionados por uma produção historiográfica do final do século XX e início do XXI. Assim, por exemplo, o termo Cataguá é hoje tido como uma “denominação genérica utilizada para referenciar grupos étnicos distintos que habitavam os sertões desconhecidos” (Fernandes, 2011, p. 2). Em conformidade,

N[as] fontes, a palavra ‘cataguá’ aparece sempre associada ao Sertão dos Cataguás ou Mina dos Cataguás e nunca a uma determinada tribo ou etnia. [...] O que era apenas uma generalização, transformou-se, nas mãos de [Diogo de] Vasconcelos (1904), Nelson de Senna (1938) e [Waldemar Almeida] Barbosa na denominação de uma das mais ‘temíveis nações indígenas’ que dominava amplas áreas dos sertões mineiros (Henriques Júnior, 2006, p. 18-19).

Por esta perspectiva, o termo então procederia da linguagem tupi-guarani, sendo utilizado pelos paulistas, que costumavam dominar o *nheengatú* (“língua geral”, empregada pelos jesuítas na catequese), “para designar genericamente qualquer grupo não tupi que habitasse florestas. O termo significa: aquele que vive no mato, sendo uma derivação de *caá* (campo, mato ou árvore), *tã* (duro ou bruto) e *guá* (vale)” (Henriques Júnior; Costa; Koole, 2004, p. 202). Sobre os Guarachué, Arêde, Bucan, Batatá, Mariquitá, praticamente nenhuma nova informação foi agregada aos estudos dos primeiros 65 anos do século XX,

[...] embora haja tantas indicações de nomes, em diversos lugares, [...] não podemos afirmar com certeza se os apelidos dados aos índios são realmente atribuições a povos diversos ou de um mesmo povo identificado em lugares diferentes. [...] Além disso, dado o caráter nômade ou seminômade das populações indígenas mineiras, com deslocamento em pequenos grupos dentro do seu habitat, não é estranho supor que uma mesma população passe a ser identificada em lugares diferentes e essa mudança de local foi registrada pelos autores (Neves, 2022, p. 90).

Em paralelo, nas escritas de cunho histórico por nós consultadas, não houve problematização das práticas de escravidão indígena nos termos de Vila Rica e Ribeirão do Carmo no final do século XVII e primeiras décadas do XVIII. Ainda assim, consideramos que a menção aos diferentes povos Borum nos territórios de Ouro Preto e

²¹ Um exemplo de estudo promovido no Brasil sob tal orientação é o livro de Roquette-Pinto, *Etnografia indígena do Brasil*, publicado em 1909. Segundo Roquette-Pinto, “faltaria no Brasil estudiosos capazes de narrar a vida dos nossos indígenas com a mesma ‘minúcia, clareza e ciência’ que o historiador George Bancroft e o geógrafo Henry Schoolcraft descreveram a dos norte-americanos” (Souza, 2011, p. 78).

Mariana nos séculos XVIII e XIX promovidas pelos escritos históricos de 1901 a 1965 tiveram sua importância ao tornarem-se marco de uma presença que, com chancela letrada e/ou científica, não poderia mais ser refutada.

A elaboração deste artigo deixou-nos a incitação para o reconhecimento dessa presença não de forma singularizada, “mas numa relação contínua com outros grupos étnico-raciais e culturais que [ao longo dos séculos] constroem suas identidades cotidianamente, reelaborando costumes em meio a tensões e a conflitos” (Cunha, 2016, p. 86), a qual esperamos encontrar em escritos históricos da segunda metade do século XX e início do XXI, etapa final de nossa pesquisa de iniciação científica.

BORUM-KREN TERRITORIALITY (MINAS GERAIS) IN HISTORICAL WRITINGS (1901-1965)

Abstract: This article interprets historical writings that mention the presence of Borum indigenous people in Vilas Rica and Vilas do Carmo/cities of Ouro Preto and Mariana during the colonial and imperial regimes. The sources listed were publications by Diogo de Vasconcelos, Nelson de Senna, Zoroasto Artiaga, Rosário Guérios and Oiliam José. The focus of these publications was on listing the ethonyms of peoples generally considered to have been exterminated, in parallel with their territorial distribution throughout the state of Minas Gerais. Despite the lack of greater contextualization, it is considered that they enable the recognition of the indigenous peoples of that area as historical agents of multiple sociocultural configurations and actions in relation to the process of conquest and occupation of their lands.

Keywords: Borum. Diogo de Vasconcelos. Nelson de Senna. Zoroasto Artiaga. Rosário Guérios. Oiliam José. Historical writing.

La territorialidad Borum-Kren (Minas Gerais) en escrituras históricas (1901-1965)

Resumen: Este artículo interpreta escritos históricos que mencionan la presencia del pueblo indígena Borum en Vilas Rica y do Carmo/ciudades de Ouro Preto y Mariana durante los regímenes colonial e imperial. Como fuentes se citaron publicaciones de Diogo de Vasconcelos, Nelson de Senna, Zoroasto Artiaga, Rosário Guérios y Oiliam José. El objetivo de estas publicaciones fue enumerar los etónimos de pueblos generalmente considerados como exterminados, en paralelo con su distribución territorial en todo el Estado de Minas Gerais. A pesar de la falta de una mayor contextualización, se considera que posibilitan el reconocimiento de los pueblos indígenas de esa zona como agentes históricos de múltiples configuraciones y acciones socioculturales en relación al proceso de conquista y ocupación de sus tierras.

Palabras clave: Borum. Diogo de Vasconcelos. Nelson de Senna. Zoroastro Artiaga. Rosário Guérios. Oiliam José. Escritura histórica.

Referências

AGUIAR, José Otávio. Quem eram os índios Puri-Coroado da mata central de Minas Gerais no início dos oitocentos? Contribuições dos relatos de Eschwege e Freyre para uma polêmica (1813-1836). **Revista Mosaico**, v. 4, n. 2, p. 197-211, jul.-dez. 2010.

ANDRADE, Francisco Eduardo de. A “barca agitada no mar de Tiberíades” e as fronteiras de Minas Gerais na *História* de Diogo de Vasconcelos. In: *ROMEIRO, Adriana; SILVEIRA, Marco Antonio. (Org.). Diogo de Vasconcelos - o ofício do historiador*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

ARAÚJO, Patrícia Vargas Lopes de; SILVA, Thiago Henrique Mota. Rústicos e civilizados: representações da sociedade, do espaço e do homem mineiro. **Cordis**. Comunicação, Modernidade e Arquitetura, n. 8, jan.-jun. p. 33-68, 2012.

ARAÚJO, Valdei Lopes; MEDEIROS, Bruno Franco. A história de Minas como história do Brasil: o projeto historiográfico do APM. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. v. 63, p.22-37, 2007.

ARTIAGA, Zoroastro. **Dos índios do Brasil central**. [S. l.]: Est. Gráf. Triângulo, [1947].

BAETA, Alenice; MOREIRA, Gilvander. Memória indígena Borum Kren na região de Ouro Preto, Minas Gerais. **CEDEFES**, 5 out. 2022. Disponível em: <https://www.cedefes.org.br/memoria-indigena-borum-kren-na-regiao-de-ouro-preto-minas-gerais/>. Acesso em: 4 maio 2024.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Saber Ltda., 1971.

BARROS, José D’Assunção. Duas fases de Capistrano de Abreu: notas em torno de uma produção historiográfica. **Projeto História**, n. 41, p. 455-489, dez. 2010.

BORUM-KREN, Bárbara. Como a reterritorialização do povo Borum-Kren pode induzir cascatas socioecológicas e contribuir para a restauração da memória biocultural e de paisagens multifuncionais? **Serrapilheira**, s. d. Disponível em: <https://serrapilheira.org/pesquisadores/como-a-reterritorializacao-do-povo-borum-kren-pode-induzir-cascatas-socioecologicas-e-contribuir-para-a-restauracao-da-memoria-biocultural-e-de-paisagens-multifuncionais/>. Acesso em: 24 abr. 2025.

CABRAL, Ana Cristina; FONTELES FILHO, José Mendes (Org.). **História dos Tremembé: memórias dos próprios índios**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

CARRARA, Ângelo Alves. Paisagens de um grande sertão: a margem esquerda do médio São Francisco nos séculos XVIII a XX. **Ciência & Trópico**, Recife, v. 29, n.1, p. 61-123, jan.-jun. 2001.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CUNHA, Nara Rúbia de Carvalho. Das muitas cores de uma cidade: o projeto Roxo-Rei e as memórias de negros e de índios na paisagem de Ouro Preto. **Revista Grifos** - N. 41 – 2016.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1990. V. 1.

EMMERICH, Charlotte; MONSERRAT, Ruth. Sobre os Aimoré, Krens e Botocudos. Notas linguísticas. **Boletim do Museu do Índio**, n. 3, out. 1975.

ESTADO DE MINAS. **Povo indígena de Ouro Preto, os Borum Kren lutam por demarcação de terra**, 7 fev. 2023. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/diversidade/2023/02/07/noticia-diversidade,1454678/povo-indigena-de-ouro-preto-os-borum-kren-lutam-por-demarcacao-de-terra.shtml>. Acesso em: 6 abr. 2025.

FERNANDES, Renata Silva. **Indígenas na historiografia mineira**: estudo de caso. 2011. Disponível em: http://snh2011.anpuh.org/resources/download/1280371879_ARQUIVO_indigenasna-historiografiamineira-anpuhsp.doc. Acesso em: 25 abr. 2025.

FONSECA, Gustavo Oliveira. A implementação eclesiástica e o desenvolvimento urbano da Vila de São Bento do Tamanduá, Minas Gerais (1757-1825). **Faces de Clio**, v. 3, n. 5, p. 164-184, jan.-jun. 2017.

GOMES, Ângela de Castro. **História e historiadores**: a política cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GUÉRIOS, Rosário Farânio. Mansur. **Dicionário das tribos e línguas indígenas da América Meridional**. Curitiba: João Haupt & Cia. Ltda. Museu Paranaense. Publicações Avulsas, n. 6, t. 1, 1948.

HENRIQUES JÚNIOR, Gilmar Pinheiro. **Arqueologia Regional da Província Cárstica do Alto São Francisco**: um estudo das tradições ceramistas Una e Sapucaí. 2006. 96f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2006.

HENRIQUES JÚNIOR, Gilmar; COSTA, Fernando; KOOLE, Edward. O Alto São Francisco e o mito dos Cataguá: contribuições para a história indígena em Minas Gerais. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, v. 14, p. 195-208, 2004.

IFBA. Diretoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis. **Diversidade de Saberes dos Povos Indígenas**. Texto de Bárbara Nascimento Flores Borum-Kren. Salvador: EDIFBA. 2023.

MANO, Marcel. Fragmentos de história e composições etnológicas: marcas indígenas nos caminhos das Minas. **Mediações**, Londrina, v. 25, n. 3, p. 744-763, set-dez. 2020.

MONTEIRO, Ricardo Rodrigues. **Semiótica e cartografia**: um estudo dos signos e da comunicação dos mapas pelas teorias de Charles Sanders Peirce. 2018. 365f. Tese

(Doutorado em Ciências – Geografia Humana). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

NAKAHODO, Lilian Nakao. **Cartografias sonoras**: um estudo sobre a produção de lugares a partir de práticas sonoras contemporâneas. Dissertação (Mestrado em Música) – Setor de Artes, Comunicação e Design da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2014.

OLIVEIRA, Paulo Roberto de. Minas Gerais entre a integração interna e externa na Primeira República: uma análise por meio das Mensagens dos Presidentes de Estado. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 24, n. 40, p. 1-23, jul. 2023.

PREZIA, Benedito Antônio G. Os Guaianá de São Paulo: uma contribuição ao debate. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, v. 8, p. 155-177, 1998.

RAMALHO, Walderez Simões Costa. **A historiografia da mineiridade**: trajetórias e significados na história republicana do Brasil. 2015. 173f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

REIS, Rogério Costa dos. Os Botocudos no vale do rio Doce: o estado da violência e a luta pela terra. In: VILARINO, Maria Terezinha Bretas; GENOVEZ, Patrícia Falco (Org.). **Caminhos da luta pela terra no Vale do Rio Doce**: conflitos e estratégias. Governador Valadares: Univale, 2019.

RESENDE, Maria Leônia Chaves de. Minas dos Cataguases. Entradas e bandeiras nos sertões do Eldorado. **Varia Historia**, n. 33, p. 186-202, jan. 2005.

RESENDE, Maria Leônia Chaves de. Apresentação. Minas do ouro, Minas indígena. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, ano XLVII, n. 1, p. 27-30, jan.-jun. 2011.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Para o estudo histórico-comparativo das línguas Jê. **Revista Brasileira de Linguística Antropológica**, v. 4, n. 2, p. 279-288, dez. 2012.

ROMEIRO, Adriana. *Diogo de Vasconcelos*: um historiador para as Minas Gerais. In: ROMEIRO, Adriana; SILVEIRA, Marco Antonio. (Org.). **Diogo de Vasconcelos - o ofício do historiador**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

SANTOS, Diogo de Godoy. Sérgio Buarque de Holanda, o modernismo paulista e os indígenas na historiografia sobre São Paulo. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 1-28, 2024.

SENNA, Nelson Coelho de. **Os índios do Brasil. Memoria ethnographica**. Annaes do Primeiro Congresso Brasileiro de Geographia, Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, v. IX, Trabalhos da 8.^a Comissão (Anthropologia e Ethnographia), p. 35-159, 1911.

SENNA, Nelson Coelho de. Contribuições para a ethnologia brasileira. **Extratos da Revista de Língua Portuguesa**, Rio de Janeiro, n. 21, jan. 1923.

SENNA, Nelson Coelho de. Sobre Ethnographia Brasileira. Principaes povos selvagens que tiveram o seo 'habitat' em territorio das Minas Geraes. **Revista do Arquivo Público**

Mineiro. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, Ano XXV, n. 1, p. 337-355, 1937. [Republicação de artigo inicialmente apresentado na **Revista Cultura e Trabalho**, em 1928].

SEVILHA, Fabíula. Temporalidades articuladas: integração nacional e escrita da história de Minas Gerais, Goiás e Amazônia na Primeira República. **Saeculum – Revista de História**, n. 40, p. 63–84, 2019.

SEVILHA, Fabíula. Os mosaicos e o amálgama: o povo brasileiro e a contribuição de Minas Gerais à história da nação. **História**, São Paulo, v.41, p. 1-20, 2022.

SILVA, Rodrigo Machado da. **Entre antigos e mineiros**: Diogo de Vasconcellos e a História da Civilização Mineira. 2013. 193f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2013.

SILVEIRA, Marco Antonio. Diogo de Vasconcelos e os demônios. In: *ROMEIRO, Adriana*; SILVEIRA, Marco Antonio. (Org.). **Diogo de Vasconcelos - o ofício do historiador**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

SOUZA, Breno Sabino Leite de. **Os estudos etnográficos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no início do século XX**. 2015. 144f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista, Assis, 2015.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **Em busca do Brasil**: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1905-1935). 2011. 382 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz, Rio de Janeiro, 2011.

SOUZA, Fabíula Sevilha de. **Astros, órbitas e poderes**: modernidade, desenvolvimentismo e modernização na Primeira República 2017. 373f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2017.

SOUZA, Laura de Melo. Prefácio. In: HOLANDA, Sergio Buarque de. **Monções**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 15-37.

TAQUES, Pedro de Almeida Pais. **História da Capitania de São Paulo**. Brasília: Senado Federal, 2004.

VASCONCELOS, Diogo Luis de Almeida Pereira de. **História antiga das Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1904.

VEIGA, José Xavier da. **Efemérides mineiras**. José Pedro Xavier da Veiga. Acompanhada de: índice onomástico de Maria do Carmo Salazar Martins. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos Culturais. Fundação João Pinheiro, 1998 [1897].

VILAS BOAS, Crisoston Terto. A questão indígena em Minas Gerais: um balanço das fontes e da bibliografia. **Revista do LPH**, Ouro Preto, n. 5, p. 47-50, 1995.

SOBRE OS AUTORES

Virgínia Albuquerque de Castro Buarque é doutora em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); professora aposentada da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), integrante do Programa de Pós-Graduação em História desta mesma Universidade.

Marcone de Souza Guedes é licenciado (2018) e mestre (2021) em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP); atualmente, cursa doutorado em História pela mesma Universidade, sendo pesquisador vinculado à Linha de Pesquisa Poder Linguagens e Instituições do PPGHIS-UFOP.

Danilo Antônio Campos da Silva é graduando em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP); cacique do povo Borum-Kren e representante indígena na Diretoria de Igualdade Racial da Secretaria de Cultura e Turismo (Ouro Preto-MG).

Maycon Gabriel Sant'Ana Gomes é graduando em Música pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP); integra o projeto de pesquisa Territorialidades, culturas e sonoridades do povo indígena Borum Kren na região dos Inconfidentes em diálogo com a cosmopolítica e o projeto de extensão Áudio Serie "Sonoridades Históricas Afro-indígenas de Barra Longa-MG".

Recebido em 28/06/2025

Aprovado em 27/01/2026